



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

MULHERES, AGROBIODIVERSIDADE E COMUNS NA COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA: REUNINDO CAMPO E CIDADE NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA¹

CAMARGO, Clara¹

¹Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Ciência Ambiental, Doutoranda em Ciência Ambiental pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP, São Paulo, SP, clara.camargo@usp.br

RESUMO

A Região Metropolitana de São Paulo, apesar de ser bastante conhecida por seu perfil industrial e comercial, também possui espaços de luta pela terra e pela produção de alimentos saudáveis de forma sustentável. Um desses espaços é a Comuna da Terra Irmã Alberta, localizada no distrito de Perus, no município de São Paulo. Nesse espaço, a maioria das dirigentes é mulher e elas protagonizam a luta pelo acesso à terra, à água, a alimentos saudáveis e também por construções simbólicas como a presença de arte, a geração de conhecimento e a participação de outras famílias, jovens e consumidores na transição agroecológica da Comuna. Analisar esse processo a partir das contribuições teóricas do ecofeminismo e dos comuns é um dos objetivos deste trabalho. A metodologia utilizada é da observação participante e da revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana, agroecologia, feminismo, comuns

INTRODUÇÃO

As comunas da terra da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas inerentes ao meio urbano e rural (RAGGI, 2014, p. 3). Essa afirmação já traz em si a ideia deste trabalho que é analisar o protagonismo de mulheres na transição agroecológica na Comuna da Terra Irmã Alberta, localizada na RMSP. A questão sobre o protagonismo das mulheres também traz em si a ideia de conflito quando se questiona a relação da terra, do trabalho e da política, pois a mesma relação de dominação existente entre sociedade e natureza extrapola para as relações sociais estabelecendo relações de dominação entre homens e mulheres; ricos e pobres (PLUMWOOD apud SILIPRANDI, 2009, p. 95)

Esse pensamento derivado de uma das linhas da teoria ecofeminista foi muito bem explorado por Emma Siliprandi na sua tese de doutorado. Tal tese é a referência teórica que utilizo para abordar a relação entre gênero e agroecologia na Comuna Irmã Alberta e traz alguns pressupostos básicos para essa discussão. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é avaliar qual a relação entre a construção da luta pela terra na Comuna da Terra localizada em ambiente urbano com o protagonismo de mulheres na direção deste movimento. Para isso, é necessário fazer um breve relato acerca da construção do pensamento crítico ecofeminista.

Ao longo do século XX, construiu-se um arcabouço teórico acerca de como o neoliberalismo atinge as comunidades. O pensamento feminista integrado ao movimento ambientalista concluiu que as mulheres

¹ Parte de projeto de pesquisa de doutorado em andamento.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

pobres do mundo subdesenvolvido as que mais sofrem com as políticas neoliberais de desmatamento, poluição, etc. Isso se deve ao fato da existência de diversas opressões: de classe, de gênero, de posição no sistema internacional, de ausência de políticas públicas, entre outras. De acordo com essa linha, a exploração sobre as mulheres e sobre os seres não humanos foi ignorada da racionalidade econômica ocidental. Tal perspectiva defendia a percepção afetiva do mundo, clamando por uma postura ética para o cuidado do mundo humano e também não humano. Porém, tais ideias foram criticadas pelo entendimento de que há uma uniformidade na definição da mulher com afetos e cuidados em oposição à definição de homem com guerras. Apesar disso, tal pensamento contribuiu bastante com a ideia de ecofeminismo e continua presente em uma série de registros.

O olhar para essas questões em regiões urbanas ganha notoriedade, pois, mais uma vez, as dicotomias não são tão presentes, já que elementos do urbano e do rural se misturam nesse território marcado pelas contradições entre urbanização, produção de alimentos, disputa por terra e água e também por modelos de desenvolvimento.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é formada por 39 municípios sinalizados no mapa 1.

Mapa 1 – RMSP



De acordo com a EEMPLASA, seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 correspondia a aproximadamente 17,7% do total brasileiro e a quase metade do PIB paulista (54,35%). Vivem nesse território quase 50% da população estadual, aproximadamente 21,6 milhões de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018. A metrópole sedia



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

importantes complexos industriais (São Paulo, ABC, Guarulhos e Osasco), comerciais e, principalmente, financeiros (Bolsa de Valores), que dinamizam as atividades econômicas no país.

É na RMSP que se encontra também a principal metrópole nacional, São Paulo – cidade global. É o centro de decisões políticas do Estado. Além disso, concentra serviços diversificados e especializados, com destaque para as áreas de telecomunicações, cultura, educação, saúde, transportes e gastronomia. Polo de turismo de negócios da América Latina é, ainda, centro gerencial e administrativo, abrigando sedes de empresas transnacionais (EMPLASA)².

Apesar de sua imensa vocação para a indústria, comércio e serviços, existem também agricultores que coabitam esse espaço e disputam os recursos necessários para a produção de alimentos, como terra e água. A disputa existe, pois é fato que a especulação imobiliária em locais tão valorizados existe e, também porque a região vive sob a lógica urbana capitalista de criação de lucro, bastante diferente das racionalidades camponesas mais frequentes na abordagem dos atores sociais produtores de alimentos (ROSTICHELLI, 2013).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 16 municípios desta região possuem agricultores cadastrados como orgânicos no ramo de produção primária vegetal (PPV) e PPV + Processamento Vegetal. Neles, constam 133 agricultores cadastrados como certificados ou em organização de controle social (OCS).³

Agricultura urbana

A agricultura urbana se apresenta na RMSP como um produto das contradições do neoliberalismo e da urbanização. Em alguns casos, ela pode ser uma resposta ao desemprego crescente, ou uma tentativa de manter viva a origem rural. Em outros, pode ser uma forma de terapia na cidade grande ou uma forma de produzir alimentos e com isso reduzir as despesas familiares. O que nos chama a atenção é que a agricultura urbana, na grande maioria das vezes é feita em coletivo – seja familiar, seja de vizinhança ou de um grupo de pessoas com o mesmo ideal. Essa união gera reciprocidade e relações não capitalistas em um espaço marcado pela industrialização e urbanização (ROSTICHELLI, 2013).

De acordo com RIBEIRO et AL (2015),

O desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana (AUP) está diretamente ligado ao crescimento demográfico e econômico das cidades, contribuindo para a (re)configuração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas

² Informações disponíveis em < <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Último acesso em 26/01/2019.

³ Esses dados podem ser encontrados em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

sociais, entre outros fatores. Parece ser consensual para alguns estudiosos que a densidade populacional e seus desdobramentos têm contribuído para a expansão e diversificação desta atividade (Ferreira; Castilho, 2007). Diante disso, a AUP tem sido considerada uma das possibilidades de amenizar alguns dos tantos problemas das cidades, especialmente os relacionados à alimentação, saúde, meio ambiente e geração de renda. Como grande parte dos produtos da AUP destina-se ao consumo próprio ou à comercialização em mercados locais, é possível visualizar a estreita relação entre agricultura urbana e a segurança alimentar e nutricional (SAN), beneficiando a população diretamente envolvida nas atividades ou próxima à sua dinâmica devido à produção e/ou aquisição de alimentos frescos (p. 730).

Evidencia-se, dessa forma, que a agricultura, mesmo em territórios urbanos, adquire, por um lado, uma dimensão estritamente material, no sentido de satisfazer as necessidades nutricionais de populações que se encontram nas periferias e, por outro, cria laços sociais, conhecimento e afetos – fatores simbólicos da interação humana – e, com isso configura-se como um bem comum.

Rostichelli (2013) afirma que durante o trabalho de campo realizado na RMSP entre 2012 e 2013, foi possível encontrar tanto agricultores imersos no modo capitalista de produzir (e de pensar), pois o espaço reduzido limita a expansão dos negócios e acaba gerando especialização, quanto experiências de agricultura urbana em que as pessoas se relacionam com valores de solidariedade e ajuda mútua. Segundo ela,

Os espaços de convivência possibilitados pela AU podem reacender as relações e laços de vizinhança mais próximos. Contudo, temos claro que esse processo não acontece de forma linear, e portanto não é uma regra e não pode ser generalizado para todos os casos, tanto porque existem outros aspectos que podem influenciar diretamente o campo das possibilidades, como a origem (camponesa ou urbana), o local onde vivem, a classe social a que pertencem. Pudemos constatar que ter um conteúdo político mais claro e estar pautado por eles propicia convivências, práticas e lutas no sentido de apontar as problemáticas do capitalismo (ROSTICHELLI, 2013: p. 37/38).

Nessa direção também aponta RIBEIRO et al (2015) que junto a esse processo (criação de horta comunitária em Embu das Artes) aumentaram os vínculos dos participantes com a comunidade. Essa maior integração com a comunidade permitiu estabelecer mais relações com a família. Ainda segundo as autoras:

Em relação à construção da cidadania, percebeu-se uma preocupação, por parte dos atores sociais, com assuntos



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

relacionados à cidade, autovalorização e ao exercício de novos papéis sociais. O interesse pela política local, por exemplo, foi observado em alguns relatos. Verificou-se, então, que o envolvimento com as hortas contribuiu para que os participantes passassem a vivenciar de alguma forma a vida pública do município, tornando-se mais críticos em relação ao funcionamento do governo municipal. Neste sentido, o relato de um dos envolvidos revelou certa frustração: [...] ao mesmo tempo também trouxe algumas percepções não tão boas, da realidade, criou mais consciência, então, por exemplo, foi trazido no grupo a sensação de impotência diante do poder público que, às vezes, a gente quer fazer as coisas, a sociedade civil, as pessoas têm essa vontade, mas esbarra em alguns limites que o poder público nos impõe, e também foi colocado que a gente pôde entender melhor como que funciona esta política do poder público, a política partidária, né? (p. 9)

Interessante perceber como novas possibilidades contra-hegemônicas no espaço urbano surgem a partir da distopia e podem ter resultados que transcendem a necessidades materiais. Se o resultado será positivo ou negativo ao fim não importa tanto, desde que os atores sociais se sintam parte de uma comum (unidade) que não é nem pública e nem privada, mas que reúne elementos das duas esferas e cria possibilidades de sobrevivência na cidade e fortalecimento dos laços sociais ou da biopolítica para usar o termo defendido por Hardt e Negri (2016).

Tal fenômeno se apresenta relevante na contemporaneidade, pois o movimento da agricultura urbana dialoga com movimentos internacionais e socioambientais, em um momento de retorno à primarização da economia brasileira. Tal transformação faz da agricultura uma atividade altamente produtiva do ponto de vista econômico, mas despreocupada com as questões sociais e ambientais. Não à toa que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (ABRASCO, 2015) e o país onde mais líderes de movimentos socioambientalistas são assassinados (GLOBAL WITNESS, 2017). Soma-se a essa realidade, o inchamento das cidades e a precarização da vida que cria necessidades de melhora da vida material, mas também de esperança de possibilidades de ser feliz. A agricultura pode resgatar a sensibilidade das pessoas e recordações dos seus antepassados, atuando também de forma terapêutica (RIBEIRO et al).

Olhar para a agricultura urbana como uma luta contemporânea do sul global me remete aos escritos de Boaventura de Souza Santos que afirma:

As novas regras do capitalismo global sem regras obrigam a ver, na luta ambiental, a luta pelos povos indígenas e quilombolas, na luta pelos direitos econômicos e sociais, a luta pelos direitos cívicos e políticos, na luta pelos direitos individuais, a luta pelos direitos coletivos, na luta pela igualdade, a luta pelo reconhecimento da



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

diferença, na luta contra a violência doméstica, a luta pela liberdade da orientação sexual, na luta dos camponeses pobres, a luta pelo direito à cidade (2015, p. 264).

METODOLOGIA

Esse artigo é parte de pesquisa de doutorado que venho realizando no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental na Universidade de São Paulo. O primeiro momento tem caráter descritivo, com o objetivo de descrever a produção e a distribuição de alimentos agroecológicos na Comuna da Terra Irmã Alberta, um dos espaços investigados no doutorado. A ideia é sistematizar, por um lado, as formas de participação das mulheres agricultoras (associativismo, cooperativismo, relação com os circuitos de consumo, instâncias de dirigência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, movimento que organiza a luta pela terra no local e, por outro, a descrição da biodiversidade agrícola, ou seja, dos itens utilizados para alimentação humana no agroecossistema de tais agricultoras.

O segundo momento tem caráter explanatório, uma vez que a sua ênfase passa a ser explicar relações entre participação e agrobiodiversidade a partir de uma situação ou problema. Tal modalidade permite responder a perguntas do tipo o que, como e por quê, e se realiza quando já existe maior desenvolvimento da área de pesquisa e conhecimento prévio. Sua função é explicar fenômenos socioambientais e envolve o teste de hipóteses a partir da existência de uma teoria e da coleta/interpretação de dados empíricos. Assim, ela pode ser entendida como dedutiva e indutiva e vai além da simples descrição do fenômeno investigado. No meu caso, a pesquisa apresentará correlação, mas não relação de causa e efeito.

Para descrever e explicar tais acontecimentos, o delineamento da pesquisa é da observação participante, dado que não será realizado experimento para coletar e analisar os dados, mas a observação da realidade a partir da presença, participação e colaboração nos espaços de comercialização e produção. A estratégia para análise de dados será de estudo de caso.

Até o momento foram realizados dois dias de campo na Comuna da Terra. No primeiro, foi realizada uma caminhada transversal no lote de duas moradoras visando reconhecer as espécies cultivadas, bem como as técnicas de manejo e, no segundo, foi realizado um plantio coletivo em área de Sistema Agroflorestal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi dito anteriormente, a pesquisa de campo vem ocorrendo paulatinamente, porém, alguns resultados e discussões teóricas vêm sendo feitos ao longo desse processo. Nesse sentido, pude verificar que as mulheres são atrizes fundamentais no processo de luta da agroecologia enquanto modelo de vida.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Isso porque a agroecologia não representa apenas um conjunto de técnicas de um pacote de agricultura ecológica. A agroecologia prevê relações sociais mais horizontais, o que dialoga diretamente com o feminismo. Não à toa, na Comuna da Terra Irmã Alberta (nome de uma mulher militante ligada à Igreja Católica), o protagonismo é de Marias, Silvanas, Marílias. Elas encontram na agroecologia uma possibilidade de estabelecer relações de diversidade, respeito ao próximo, nutrição e cuidado.

A mulher, a terra, a criação são elementos de inspiração para esse modelo que complementa ideias ligadas ao bem viver. O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza.

De acordo com (ACOSTA, 2016, p. 29),

O ser humano, ao ser o centro das atenções, é o fator fundamental da economia. E, nesse sentido, resgatando a necessidade de fortalecer e dignificar o trabalho, abole-se qualquer forma de precarização trabalhista. No entanto, esse raciocínio está incompleto. E aqui surge um elemento-chave: o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza. As pessoas devem organizar-se para recuperar e assumir o controle das próprias vidas. Contudo, já não se trata somente de defender a força de trabalho e de recuperar o tempo livre para os trabalhadores – ou seja, não se trata apenas de opor-se à exploração da mão de obra. Também está em jogo a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos de organização produtiva, causadores da destruição do planeta.

Nessa lógica, o Bem Viver, assim como a ideia de bens comuns de HARDT & NEGRI (2016) extrapolam a ideia de lutas sociais a partir da classe trabalhadora como sujeito principal da transformação da sociedade. Ela parte de cosmovisões ancestrais para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais. Ainda de acordo com ACOSTA,

O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas (P. 34, 2016).

O mesmo autor ainda afirma que o Bem Viver é uma filosofia de vida que possibilita a construção



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

de um projeto emancipador que se alimenta de experiências locais com contribuições de diversas latitudes com o objetivo de estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis.

Na mesma direção, a agroecologia é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção (HECTH, 2002, P 26 apud SILIPRANDI, 2009, p. 103). Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar uma transição de um modelo de agricultura e desenvolvimento rural, considerados insustentáveis para outro considerado sustentável.

A ideia de transição encontra na proposta da comuna da terra Irmã Alberta no município de São Paulo. Neste território, têm sido realizados mutirões de plantio para implantação de sistemas agroflorestais com o objetivo de: 1) criar agroecossistemas mais resilientes no contexto de mudanças climáticas e escassez hídrica e; 2) realizar atividades educativas com o propósito de ampliar a rede de apoio àquelas famílias sem-terra, bem como compartilhar conhecimento por meio da teoria e da prática.

Durante uma visita à Comuna da Terra, no lote da Dona Maria Alves, fizemos uma caminhada transversal com o objetivo de observar as espécies e variedades cultivadas, assim como as técnicas de manejo adotadas pela agricultora.

Pudemos verificar que as espécies são cultivadas no mesmo local, independentemente de serem de famílias bastante distintas. Tal princípio está relacionado à diversidade de estratos e funções das plantas, de acordo com a própria agricultora. Alface, tomate rasteiro, almeirão, salsa, batata doce, caqui, acerola, banana, limão, mamão, taioba, inhame, guandu, cana caiana, uva, mandioca, milho, entre outros alimentos convivem nesse espaço, buscando equilíbrio entre a permanência de espécies que necessitam de mais luz, outras de sombra, ou os nutrientes e matéria orgânica necessários para sua sobrevivência. Isso porque as plantas retiram alguns elementos do solo, mas também deixam outros, organizando assim trocas inteligentes de nutrientes.⁴

A criadora desse espaço afirma que isso a faz se sentir viva, pois ela percebe como a natureza é abundante e bela. Ao mesmo tempo que tem essa visão mais romantizada da Natureza, Maria tem esclarecimentos políticos bastante fortes: a reforma agrária popular, a importância da luta pela terra e pela mulher ocupar os espaços públicos.

Muito embora as mulheres sejam as cuidadoras desses quintais produtivos, muitas vezes elas não são reconhecidas por isso. Porém, quando elas demonstram essas práticas para uma rede de pessoas interessadas em um modelo agroalimentar mais localizado, mais limpo e justo; conseguem ocupar um espaço público, um espaço educador e de exemplo, elas se sentem empoderadas. Tal empoderamento as conduz a disputa por lugar de fala: de mulher que faz, que se expressa, que se dedica aos seus propósitos.

⁴ Conteúdo aprendido de forma oral pelo oficinairo Lucas Ciola, em 25/01/2019.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Estive na Comuna da Terra em um Estágio de Vivência Agroecológica, nos dias 25 e 26/01/2019. Durante esses dias, foram realizados estudos sobre a questão agrária de forma coletiva. As leituras foram de Marcelo Buzetto sobre a reforma agrária popular e sobre como o camponês é trabalhado nessa visão. Para ele, assim como para Caio Prado Júnior, camponês é parte da classe trabalhadora e, portanto, o campo e a cidade devem se unir para criar transformações radicais e estruturais na sociedade.

As pessoas foram divididas em 4 brigadas, as quais foram estimuladas a usar a criatividade e criar nome, grito de guerra e uma mística sobre os dias lá. O simbólico também entra na luta, deixando de lado a visão economicista da luta de classes. Música, teatro, poesia são elementos que estão bastante presentes no local. Até por isso, grandes parceiros daquele espaço são profissionais do teatro⁵ interessados na arte do teatro engajado com a luta do trabalhador.

Apesar de ser uma comunidade bastante mobilizada e articulada em rede, o local ainda não foi transformado em assentamento da reforma agrária de fato. Ali coexistem interesses bastante divergentes: a Sabesp, companhia do estado de São Paulo, responsável pelo tratamento e distribuição das águas, tinha um projeto de transformar aquele terreno em local de disposição final de lodo das Estações de Tratamento de Efluentes (ETE's) do município de São Paulo (RAGGI, 2014, p. 69). Ao mesmo tempo, coexistem, a poucos quilômetros dali, empresas privadas Minalba, Jequití e SBT. A proximidade à Rodovia Anhanguera valoriza o terreno estimulando a especulação imobiliária e o aprofundamento das disputas pela terra.

Outro conflito bastante evidente aos olhos é com relação ao avanço do eucalipto em sistema de monocultura sobre as áreas antes consideradas como o Cinturão Verde de São Paulo e necessárias para garantir o abastecimento de água para milhões de habitantes. Soma-se a esse contexto o aumento de moradias irregulares e o crescimento das favelas, revelando um espaço marcado por riscos ambientais e vulnerabilidades sociais. Tais conflitos podem ser visualizados na imagem.

⁵ Companhia Antropofágica



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS



Imagem 1. Vista de favela a partir da Comuna da Terra Irmã Alberta. Créditos: Rayssa Cortez

Apesar da existência de tantos conflitos no local, é interessante notar como naquele espaço convergem influência de culturas rurais e urbanas. Tal afirmação pode ser comprovada pela inserção de pratos vegetarianos e veganos nos cardápios dos cursos. Segundo os participantes, muitos dos jovens militantes da causa agroecológica são adeptos desse regime alimentar, o que gerou adaptação por parte dos moradores da comuna. Outro fator importante foi a valorização do simbólico para o fortalecimento da luta pela terra. Esse fato vai ao encontro das proposições feitas por HARDT & NEGRI (2016) sobre os comuns e a produção biopolítica. Para esses autores,

Os comuns referem-se à “riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza – (...) mas também aos resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante. Tal conceito não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais” (HARDT & NEGRI, 2016, p. 8).

Além disso, tais autores dão bastante ênfase à importância da participação como processo pedagógico e de engajamento para a produção e manutenção da biopolítica. Para eles,



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

No terreno biopolítico, a produção do comum é tanto mais eficiente na medida em que mais pessoas participam livremente da rede reprodutiva, com seus diferentes talentos e capacidades. A participação, além disso, é uma espécie de pedagogia que expande as forças produtivas, já que todos os incluídos tornam-se mais capazes através dessa participação (HARDT & NEGRI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras acerca do feminismo, dos comuns e da agroecologia têm em sincronia algumas postulações. São elas: a ideia de transformação do mundo capitalista, sistema que gera desigualdades sociais e degradação ambiental; a inclusão de sujeitos não humanos para a observação de contextos socioambientais; a valorização de mulheres, camponeses, indígenas, quilombolas, entre outros sujeitos na construção do conhecimento e na superação das crises; o entendimento do simbólico como força capaz de gerar transformação também no meio material.

Essas ideias nos remetem a considerar a existência da Comuna da Terra Irmã Alberta em ambiente urbano e de luta pela terra como um espaço legítimo de luta por emancipação. Assim, os atores e atrizes que ali se encontram para produzir ou consumir uma diversidade de alimentos, geram não apenas saúde, renda e benefícios ambientais, mas a criação de uma rede de solidariedade e de laços de afeto e reciprocidade. Essas relações são opostas ao individualismo e mercantilismo da vida pregados pelo capitalismo, especialmente em áreas urbanas, o que cria possibilidades de imaginar o novo, elemento de extrema importância em tempos de distopia.

Portanto, pode-se afirmar que, neste local, existe uma correlação entre o protagonismo de mulheres na liderança do processo de transição agroecológica e incorporação de uma série de práticas. Por um lado, os elementos simbólicos, como a arte e a construção de conhecimento e, por outro, o respeito à diversidade agrícola, o cuidado com o solo a partir de técnicas sustentáveis de manejo da agricultura e a afetividade presente nos espaços de nutrição, por exemplo, além da incorporação de dietas vegetarianas e veganas.

Tais fatos ressoam nas teorias ecofeministas que afirmam que as mulheres ligadas à agroecologia não têm uma visão antropocêntrica e que são capazes de realizar a filosofia do cuidado a partir das relações com humanos e não humanos, apesar de todas as contradições existentes na sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos**; tradução de Tadeu Breda. São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016

HARDT, M. & NEGRI, A. **Bem estar comum**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2016

RAGGI, R. **O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra da região metropolitana de São Paulo**.



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

2014. 198 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; São Paulo;

RIBEIRO et al. **Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde**. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.2, p.730-743, 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00730.pdf>>. Acesso em 18/12/2018.

ROSTICHELLI, M. **Entre a Terra e o Asfalto: a região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, B. S. **Um olhar sobre o dossiê a partir da ecologia de saberes**. In ABRASCO: **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Expressão Popular, São Paulo: 2015

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2009.